



Mulheres Originárias: Reflorestando Mentes para a Cura da Terra!



Apresentação

Nesta publicação especial, reunimos três escritos, dois publicados em nosso site – www.soscorpo.org.br – e um na edição número 15 da Revista Bravas, da Articulação Feminista Marcosur. São duas reportagens e uma carta-relato sobre temas que marcaram a vida e a luta das mulheres indígenas neste ano de 2021.

No segundo ano da pandemia, os casos de violência contra mulheres indígenas aumentaram, assim como entre mulheres negras, periféricas, mulheres transexuais e travestis e mulheres brancas em todo o país. Porém, a violência contra jovens indígenas, algumas delas ainda crianças, chama atenção pelo requinte de crueldade, marcas de um patriarcado que se associa aos interesses do agronegócio, que avança sobre os territórios indígenas levando as mazelas do sistema capitalista e racista, com a conivência de um Estado ausente. A produção das desigualdades sociais geram precarização da vida das mulheres indígenas e produz a violência contra seus corpos. Na reportagem Terra desprotegida, produzida pelo SOS Corpo e pela jornalista Débora Britto, apresentamos elementos que ajudam a entender o contexto que gera os cruéis crimes que tem acontecido contra as jovens indígenas.

Um dos motivos de aumento dos conflitos em Territórios Indígenas (TIs) e da violência está na não regularização das TIs, bem como da paralisação da demarcação de terras para povos indígenas pelo governo federal. Eleito com apoio estrondoso do capital latifundiário, o governo bolsonaro desde o início da gestão tem insuflado a violência em diferentes lugares do país, favorecendo com a flexibilização de leis de proteção ambiental, o avanço de predadores do agronegócio, de mineradoras e de megaempreendimentos extrativistas sobre terras ocupadas por populações indígenas. A votação do Marco Temporal, suspenso por pedido de vistas no

Superior Tribunal Federal, representa um divisor de águas para a história do Brasil, uma vez que pode significar a garantia em lei para a preservação ambiental e da vida das populações originárias, ou o genocídio por completo dos povos, e ainda, uma ameaça para a extinção de biomas já tão fragilizados pela ganância neoliberal. Vocês poderão ler em Tese do Marco Temporal coloca em risco povos indígenas no Brasil, reportagem escrita por Fran Ribeiro, do SOS Corpo, o que está em risco com a tese, carro-chefe da bancada do agronegócio e de aliados de Bolsonaro.

Na carta-relato que conduz todo o caminho desta publicação especial de reportagens feministas, Analba Brazão, educadora do SOS Corpo, narra um pouco da luta, da energia, sentimentos e caminhos construídos e vivenciados durante sua participação na II Marcha das Mulheres Indígenas, que aconteceu em Brasília, entre os dias 07 e 11 de setembro de 2021. Militante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras, Analba Brazão destaca a força da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) no enfrentamento às ameaças bolsonaristas que rondaram Brasília naqueles dias que antecederam a realização da Marcha, que percorreu as ruas da capital levando mais de 6 mil mulheres indígenas que lutam em defesa da vida, dos territórios indígena, da terra e do bem-viver.

A carta-relato será o fio condutor da publicação e está sinalizada através de uma cor amarelada em suas páginas. Nos momentos em que a autora fazer referência aos sentimentos vivenciados e sentidos na Marcha das Mulheres Indígenas durante o julgamento do Marco Temporal e dos atos em memória às jovens indígenas vítimas de violência contra as mulheres, serão mescladas as reportagens, que estarão em páginas de fundo branco.

Boa leitura!



II Marcha das Mulheres Indígenas

Mulheres Originárias: Reflorestando Mentes para a Cura da Terra!

Estamos juntas para dizer:

PAREM DE VIOLENTAR OS NOSSOS CORPOS TERRITÓRIOS!

Mulheres indígenas de todos os estados dizem não ao Marco Temporal! (Glicélia Tupinambá)

Eu estive lá! Inicio este relato dizendo o quanto foi vigoroso, para mim vigoroso, além de emocionante, ter participado da II Marcha das Mulheres Indígenas (MMI). Na primeira Marcha, realizada em 2019, escrevi um relato que dizia **“Eu estava lá, mas não estava lá!”**, que contava um pouco da minha experiência de não ter ido à Brasília, mas de ter me sentido presente através das fotos, vídeos, conversas telefônicas e também por ter participado de toda a preparação da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) para apoiar politicamente a MMI.

Desta vez foi diferente. Estive presencialmente, junto com outras companheiras que lá estavam, todas alimentando nossas redes para mostrar, através dos vídeos e fotos, o que estávamos vivenciando. Nesta missão buscamos reportar o evento, de modo a permitir às que não puderam estar presentes, se emocionar junto, **se sentido lá, mesmo sem estar lá!**

Desta vez, **“eu estava lá!”** vivenciando os **5 dias no acampamento das mulheres indígenas**. Minha vontade era de estar acampada com elas. Mas fui convencida, pelas amigas, que devido às questões de saúde eu deveria me aquietar. Pois bem, me aquietei, mas ia para o acampamento às 8h da manhã, certa de que voltaria para a hospedagem cedo. Qual o quê! Mesmo com toda a secura de Brasília e o calor terrível, não conseguia arredar o pé. Estar lá ouvindo os cantos das parentas, vendo as danças, a diversidade dos povos (em torno de 150 etnias diferentes), me transmitia uma energia inacreditável. Era pura emoção e a esperança que estavam ali na minha frente: **a resistência viva e muita coragem para a luta.**

O ambiente estava tenso, com bolsonaristas acampados proximamente ao acampamento das mulheres indígenas. Na primeira noite, do dia 6 para o dia 7 de setembro, entraram com seus ônibus e carretas na Esplanada dos Ministérios fazendo buzinaços que, de tempos em tempos, madrugada adentro, não permitiam que as mulheres indígenas conseguissem dormir. Nesta mesma noite também tentaram invadir o acampamento. Eram dez bolsonaristas. Mas não tiveram sucesso pela eficiência da segurança que protegia as mulheres. Por conta dessa tensão a coordenação da MMI, em acordo com as regionais, decidiram pela não participação no Grito das Excluídas e Excluídos, do dia 7 de setembro, que se realizou na Torre de Televisão. Decidiram permanecer no acampamento, e assim foi. No dia 7 ainda estavam chegando caravanas dos estados. O acampamento foi organizado por biomas. Havia tendas para cadastramento, por bioma, e também para as companheiras não indígenas. Havia a tenda da saúde, uma tenda de apoio e infraestrutura, uma cozinha central, um espaço enorme para a comunicação, uma tenda de medicina tradicional, outra onde se aplicava massagens e a tenda da AMB, de autocuidado e cuidado coletivo. Também havia um espaço bem agradável para as crianças. Foi impressionante ver a quantidade de pessoas voluntárias trabalhando em todas essas tendas. Em diversos pontos havia lindos artesanatos trazidos para vender pelas mulheres. Na cozinha, muito peixe assado e beiju. Uma tenda central era reservada para as plenárias durante o dia e a noite, onde se apresentavam as caravanas dos estados.



Este espaço agregava, permanentemente, muita gente para assistir a diversas apresentações e comunicações, como a respeito das medidas sanitárias. Sempre éramos lembradas do uso das máscaras e do álcool em gel. Quanto à aglomeração, foi difícil conseguir o distanciamento necessário.

Foi na tenda central que, na noite do dia 7, as organizadoras solicitaram aos homens que tinham permanecido em Brasília (após longos dias de protesto contra o Marco Temporal e em defesa da demarcação das terras indígenas), e que também estavam no acampamento, que respeitassem o espaço que era das mulheres, lembrando que seria papel deles contribuir na limpeza e na segurança, cabendo às mulheres todas as decisões.

Nesta mesma noite estava programado o momento de apresentar as organizações que estavam apoiando a II MMI, mas não houve tempo.

A ideia inicial era que, no dia 8 de agosto, sairíamos em marcha até o Supremo Tribunal Federal (STF) para acompanhar a votação sobre o Marco Temporal. Com a tensão criada pelos bolsonaristas, mais uma vez foi necessário decidir por permanecer no acampamento, acom-

panhando de lá a votação.

O dia 9 de setembro era o dia da Marcha das Mulheres Indígenas em direção à Esplanada dos Ministérios. Entretanto, a preocupação constante em relação às ameaças bolsonaristas instalou, na coordenação, a incerteza sobre se seria possível a Marcha sair naquele dia. O clima de tensão obrigou a programação a ser modificada constantemente e a maioria dos debates a esse respeito ocorreram na Tenda principal, sempre mesclada com apresentações das caravanas indígenas. No final da manhã do dia 9 houve uma audiência pública na tenda central, com a presença da Defensoria Pública e algumas deputadas, entre elas Erika Kokay, Joênia Wapichana e Talíria Petrone.

As programações da Tenda de cuidado e autocuidado também foram mudando. O acordo foi de que a programação fosse flexível, sempre em consonância com a programação da Marcha. Mesmo assim conseguimos fazer rodas incríveis de cuidado. Massagens nos pés com alecrim, reflexologia, exercícios com a técnica de redução do estresse, roda de debate sobre o sentido de cuidar e se autocuidar para a luta e troca de saberes sobre cuidados ancestrais.





No dia 8 de setembro pela manhã recebemos a visita, na nossa Tenda, de duas companheiras da coordenação da MMI que, muito emocionadas, agradeceram o apoio que a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e o SOS Corpo, afirmando como era importante ter o movimento feminista apoiando politicamente a II Marcha das Mulheres Indígenas. Lembraram de todo o apoio que a AMB também deu na primeira marcha.

Nesta segunda marcha, a AMB se articulou diretamente com a coordenação da mobilização indígena e nosso apoio foi seguindo as orientações e prioridades que nos eram apresentadas pela coordenação da MMI. Desde as primeiras reuniões, anteriores ao evento, nossas parceiras indígenas explicitaram a dificuldade que estava sendo para fechar a programação, por conta da incerteza do contexto político. Foi por decisão estratégica que a programação precisou ficar bastante flexível. Pela manhã do dia 9, na Tenda Central, houve a abertura oficial da II Marcha das Mulheres Indígenas, quando foi feita uma homenagem às duas meninas indígenas assassinadas: Daiane e Raíssa. Esta homenagem começou com uma apresentação da MC Anaranda, rapper indígena, e em seguida Célia Xakriabá fez uma fala, da qual cito um trechinho:

“Mãe terra, mãe semente, mulheres que são sementes e não são só mulheres, somente... Enquanto não existe remédio, só o amor é o que cura [trecho da música cantada pela MC Anaranda, música em memória de Raíssa, que não é somente Raíssa. É a raiz de tantas meninas violentadas e Daiane Kaingang, que foi morta e esquartejada, como este governo genocida tem feito também com as terras indígenas. Nós subimos no palco para denunciar, mas precisamos descer pra fazer justiça no chão. Quando mataram Raíssa e Daiane mataram todas as indígenas. Enquanto II Marcha das Mulheres Indígenas, nós precisamos sair com um compromisso de que não permitiremos a violência sobre o corpo das nossas meninas e mulheres...”



Terra desprotegida

Patriarcado, Estado e agronegócio avançam sobre a vida de meninas e mulheres indígenas no Brasil

Por Débora Britto* em **Cuerpos Políticos**, na **Revista Bravas**, edição nº15.



Para os povos indígenas do Brasil o genocídio iniciado há mais de 521 anos, com a chegada dos colonizadores, nunca acabou. Dois casos brutais de feminicídio de meninas indígenas brasileiras em agosto de 2021 são provas da continuidade da violência que atinge, sobretudo, as mulheres.

Os casos expõem como a colonização é ainda uma ameaça às vidas indígenas, atualizada e posta em prática de diversas maneiras: com as queimadas da Amazônia, a grilagem, mineração, a violência contra a mulher, o agronegócio e o envenenamento de rios e solos. Mas a relação entre violência contra a mulher, desproteção dos direitos dos povos originários e destruição dos territórios indígenas faz mais vítimas entre os corpos mais frágeis e desprotegidos.

Na tarde do dia 4 de agosto, a adolescente da etnia Guarani Kaiowá Daiane Griá Sales, de 14 anos, foi encontrada morta na Terra Indígena do Guarita, no município de Redentora, no interior do estado do Rio Grande do Sul. O corpo da menina estava nu, jogado no meio do mato próximo a uma lavoura. Outros rastros da barbárie cometida contra a jovem foram deixadas expostas: ela teve partes do corpo da cintura para baixo arrancadas e dilaceradas, com pedaços ao lado dela. A investigação sobre o assassinato de Daiane segue sob sigilo de justiça.

Cinco dias depois, 9 de agosto, Raíssa da Silva Cabreira, de apenas 11 anos, foi violentada sexualmente por cinco homens e morta

ao ser jogada de altura de mais de 20 metros, em uma pedreira abandonada próxima da aldeia Bororó, comunidade indígena em Dourados, no Mato Grosso do Sul, onde a criança morava com a família. De acordo com as investigações da polícia, Raíssa lutou contra os agressores e gritou por ajuda antes de ser jogada da pedreira. Cinco homens suspeitos confessaram o crime, um deles é tio da menina, e foram presos.

O intervalo de uma mesma semana e o requinte de crueldade geraram revolta dos povos indígenas. O envolvimento de homens indígenas e familiares também chamam atenção para um problema que segue ignorado pelas políticas públicas. Segundo o relatório Estupro no Brasil, dados coletados entre 2011 e 2014 revelam um alto índice de registros de estupro de indígenas. O mesmo relatório aponta que, em 2011, indígenas sofreram 0,7% dos crimes registrados. Para crianças, esse índice foi ainda maior: 0,9%.

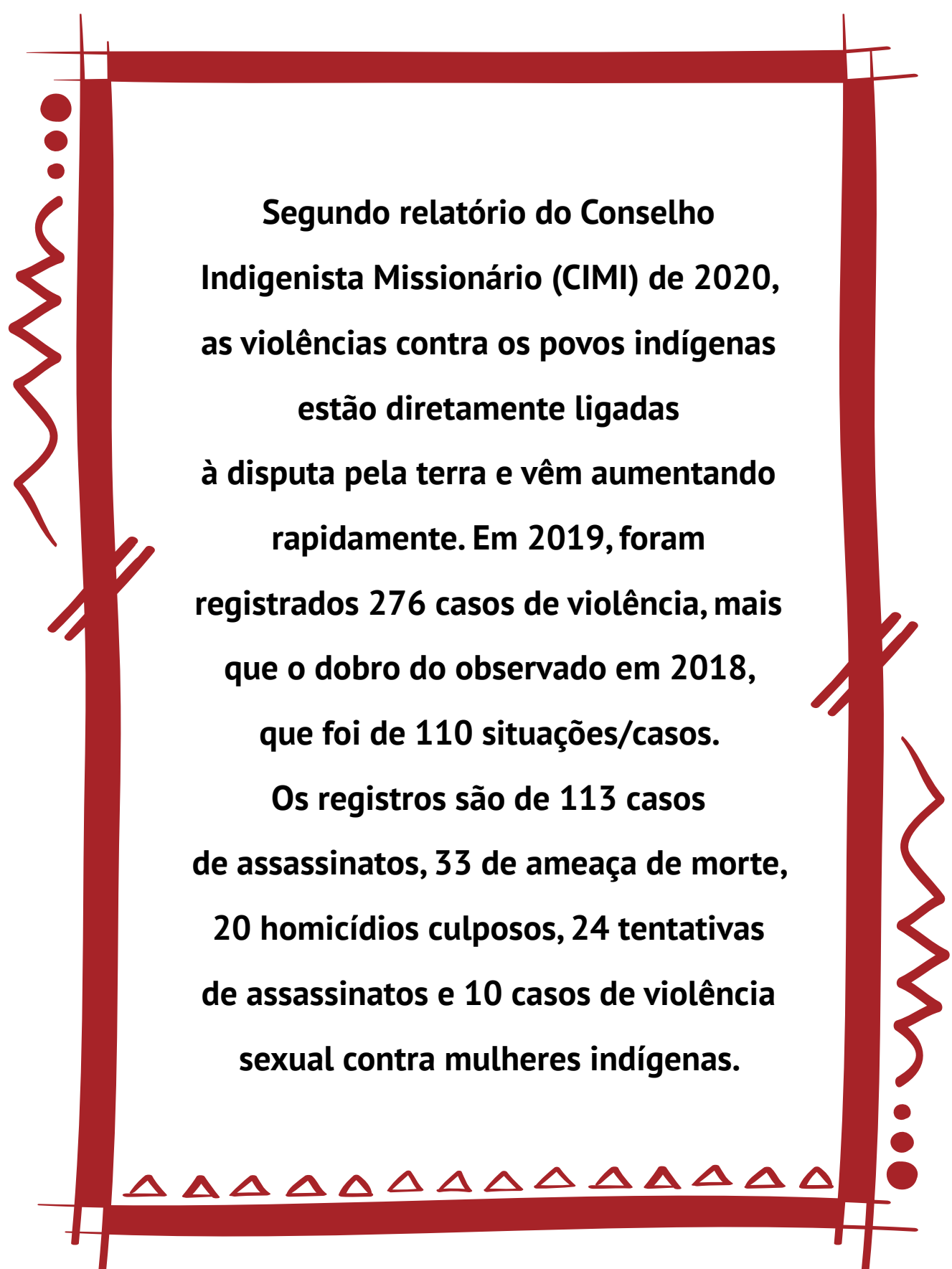
A devastação das vidas indígenas segue ao lado da devastação do território e da natureza. O assassinato das duas meninas, infelizmente, não são casos isolados. Desde que assumiu a presidência da República, Jair Bolsonaro se tornou o inimigo número um dos indígenas. Seja “**passando a boiada**” para aprovar retrocessos na legislação ou obstruindo as demarcações de Territórios Indígenas (TIs), o Governo de Bolsonaro cumpriu o que prometeu na campanha eleitoral: não demarcou “1 cm de terras indígenas” e

paralisou demarcações já de terras indígenas” e paralisou demarcações já realizadas, devolvendo à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 27 processos de demarcação para revisão, só no primeiro semestre de 2019, de acordo com relatório **As mulheres indígenas na pandemia do Covid-19**, do Instituto Feminista para a Democracia SOS Corpo.

“Quando eu digo que o território representa algo de muito valor para nós é porque nos ti-

ram o direito à educação, à saúde. Como nós iremos viver à beira da estrada ou em um espaço onde os colonizadores chegaram e cada vez mais foram tirando os nossos direitos? Da nossa própria casa, do nosso próprio território?”, questiona a liderança indígena Telma Taurepang, Coordenadora Geral da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB).





Segundo relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de 2020, as violências contra os povos indígenas estão diretamente ligadas à disputa pela terra e vêm aumentando rapidamente. Em 2019, foram registrados 276 casos de violência, mais que o dobro do observado em 2018, que foi de 110 situações/casos.

Os registros são de 113 casos de assassinatos, 33 de ameaça de morte, 20 homicídios culposos, 24 tentativas de assassinatos e 10 casos de violência sexual contra mulheres indígenas.



No mês anterior ao Acampamento Luta pela Vida (22 a 28 de Agosto), a maior mobilização dos povos indígenas para impedir a aceitação do marco temporal, que definirá o futuro das demarcações de Terras Indígenas (TIs) no Brasil.

“É uma violência estrutural, que sai de todos os ângulos. A gente vive em um país capitalista, que oprime os povos indígenas e as mulheres são as mais atingidas, sem direito a nada. Sem direito até à própria vida. Esse governo não está preocupado com os povos indígenas, não está preocupado em trazer uma

política pública para as mulheres indígenas. Nenhum governo olhou. Cada dia mais fica difícil viver sem as nossas terras”, relata Telma Taurepang.

Após o assassinato de Raíssa, redes de apoio passaram a apoiar a família da criança, que vive em condições extremamente precárias, à beira de uma rodovia, sem acesso à água, a um teto e comida. A devastação estava ali antes. Assim como a família de Raíssa, milhares de indígenas estão jogados à própria sorte e na mira de diversas ameaças.



Jaqueline Kuña Aranduhá, do povo Kaiowá, mesmo território em que Raíssa vivia, no estado do Mato Grosso do Sul, lembra que o estado é onde mais se fez experiências com agrotóxicos. “As consequências das plantações do agronegócio em torno da comunidade são doenças que afetam em sua maioria as mulheres. A diabetes, o corpo obeso, porém desnutrido, câncer de útero, doenças de pele são comuns”, relata. A reserva indígena mais populosa do país é um laboratório a céu aberto de venenos do agronegócio.

Mas o que os povos indígena passam hoje, todo mundo vai passar amanhã, alertam os povos indígenas. “Nessa época de colheita você vê imensos caminhões, um atrás do outro, para pegar o milho que foi colhido. Você vê a imensa, infinita terra que não tem uma árvore. Você sente o calor da terra. Os especialistas já falam que daqui a dez anos a terra vai cobrar. Daqui a dez anos vai ser impossível respirar o oxigênio”, alerta Jaqueline.

LEMBREM O NOME DELAS

Daiane Gria Sales Kaingang. Raissa da Silva Cabreira Guarani-Kaiowá.

Um pedido das mulheres indígenas é de que lembremos os nomes das meninas. Não permitir que sejam esquecidas – ou lembradas apenas pela violência que sofreram – é uma forma de lutar pela memória. Mesmo depois da morte, elas são parte da ancestralidade. Na cosmologia indígena, são parte de um todo e são uma só.

“Uma foi encontrada numa plantação de soja, outra sequer teve direito de completar 15 anos. Além de terem sido mortas e violentadas, depois de tombarem nessa terra ainda são vítimas da fala do próprio homem, que disse que teve consentimento delas. Uma tentou de todas as formas se defender, mas ela foi jogada, calada, de um penhasco **“É difícil para nós mulheres vivermos em territórios não demarcados porque os colonizadores estão lá e trazem consigo o feminicídio”**, diz Telma Taurepang.

Ainda assim, a denúncia e indignação de mulheres indígenas nas redes sociais foram responsáveis por romper com o silenciamento sobre os crimes na mídia e sociedade. Depois de intensa repercussão nos meios digitais, jornais de grande circulação noticiaram os casos.

Para Jaqueline Kuña Aranduhá, que é também conselheira da Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani, mestranda em antropologia pela UFGD e mãe de Jajazinha, a revolta com o silenciamento e racismo da sociedade, e mídia se somam ao governo anti indígena. O caso de Raissa foi noticiado e distorcido, ela alerta. “O jornal é reflexo

de uma sociedade machista, racista que vem com esses discursos coloniais. Ela foi dilacerada. A gente acompanhou mais a fundo a família e sabemos que são tantas Raissas por aí. Mas quando explode um caso como esse na mídia, todos dizem que querem fazer algo”.

As mulheres indígenas, desde cedo, estão expostas a diferentes formas de violência, entre elas a exploração sexual de crianças e adolescentes; a inexistência de políticas públicas de apoio a vítimas de violência doméstica; a dificuldade do acesso à saúde e atendimento em serviços públicos pela dificuldade do idioma; a retirada de bebês recém-nascidos pelo Estado por suposta negligência – geralmente associados a condições de extrema pobreza; e o silenciamento de denúncias de violência e assédio.

Na avaliação de Jaqueline, a Lei Maria da Penha não foi feita pensando na realidade das mulheres indígenas. “O que significa uma mulher com medida protetiva dentro da comunidade? Quem vai garantir que o agressor, o abusador fique a alguns metros de distância? O que significa aquele pedaço de papel? Já houve casos em que a mulher foi assassinada em frente a sua família. A gente grita nos quatro cantos desse mundão, vamos construir um parágrafo que atenda as mulheres indígenas. Precisamos fazer algo por muitas outras meninas que estão vivas”, provoca, sem esconder a revolta e urgência.



A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL VEIO COM INVASORES



Em um relatório de 2016, a Organização das Nações Unidas também apontou a gravidade da violência contra indígenas no mundi: de acordo com os dados, estima-se que uma a cada três mulheres indígenas sofrerá estupro ao longo da vida.

Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, entre 2007 e 2017 foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas. Em um terço deles, o agressor é uma pessoa próxima, como o ex ou atual companheiro. A violência localizada dentro das aldeias é outro problema silenciado. As indígenas vêm questionando as estruturas que permitem a continuidade

dessa violência, mas não é um trabalho simples.

Em referência a Rita Segato e Julieta Paredes, Elisa Pankararu, indígena professora, mestre em antropologia e coordenadora da APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), resgata a importância do entroncamento patriarcal e de outro tipo de vírus, o patriarcal, disseminado pelos invasores das terras brasileiras. “Se faz necessário que nós mulheres estejamos à frente da luta, e sempre estivemos, para pontuar que o machismo, racismo e a misoginia não pertencem à nossa cultura. É parte de um entroncamento patriarcal que vem com o colonizador”.





II MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS

Reflorestar mentes e curar a terra



Com a pandemia da covid-19, Jaqueline Kuña Aranduhá lembra que as indígenas sequer tiveram direito de ficar em casa. “Não tivemos o privilégio de ficar em casa porque tinham muitas famílias com fome, muitas companheiras precisando de socorro. E nós colocando nossos corpos para chegar onde o estado não chega. Nesse meio muitas de nós partiram”. Nem por isso a luta é menos importante. Pelo contrário, o chamado vem crescendo.

Movidas pelo desejo de transformar a realidade dos povos indígenas brasileiros, as mulheres foram protagonistas na mobilização de outro momento histórico de luta: a II Marcha de Mulheres Indígenas, que aconteceu entre os dias 7 e 11 de setembro de 2021. “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra” foi o lema sob o qual mais de 6 mil mulheres de 170 diferentes povos se reuniram em Brasília. Depois de muita tensão nos primeiros dias por conta das ameaças de grupos bolsonaristas, defensores do projeto de destruição do Estado, negacionismo e racismo, as mulheres realizaram uma grande marcha pelas ruas da capital política brasileira no dia 10, pressionando os poderes públicos nacionais pela demarcação das terras indígenas, contra o avanço da violência do agronegócio, mi-

neração e ações ilegais nos territórios dos povos originários. A proteção da Terra, do território e dos corpos das meninas e mulheres indígenas estão conectados com a defesa da própria fonte da vida, segundo a cosmologia ancestral indígena.

“O território é nosso corpo, nosso espírito. Tem tudo a ver com o cuidado com a vida e com a mãe terra. Esses dois casos bárbaros vêm para a pauta da marcha e tem que vir. A gente não pode ver a violência contra nossos povos como literatura, como má administração, como negligência. Tem que ir nas estruturas, é racismo mesmo. E a face mais perversa do projeto de genocídio indígena é contra as mulheres”, diz Elisa Pankararu.

“O racismo tem viés cosmológico, vem com o fundamentalismo religioso, cristão, patriarcal. Como diz Ailton Krenak, esses vizinhos estão doentes, estão com a mente poluída. É preciso reflorestar, pois eles estão doentes, não estão conseguindo enxergar”. Ela convida os povos indígenas, mulheres negras, brancas e de outras etnias a resistirem e lutarem junto a elas.

O chamado das mulheres indígenas é um para romper com o mundo capitalista e patriarcal. É preciso resistir para existir, reflorestar e curar a sociedade.

Somos as originárias da terra. A luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas!

(Sônia Guajajara)

Assistíamos à votação do dia 8, no Supremo Tribunal Federal pelo telão quando a votação foi suspensa. O impasse aumentava com relação à Marcha, prevista para o dia seguinte pela manhã. A polícia, em diálogo com o apoio jurídico da MMI, chegou a dizer que não garantiria a segurança da mobilização, alegando que seria perigoso, pois bolsonaristas continuavam na Esplanada também aguardando a votação do Marco Temporal, remarcada para o dia 9 à tarde.

Nesse mesmo dia 8, à tarde, foi a data de abertura da nossa tenda do cuidado e autocuidado, e a primeira atividade foi com as benzedadeiras. Muitas passaram pela tenda para se benzerem, inclusive algumas indígenas que estavam na coordenação. Foi um

momento de muita beleza, com sensação de tranquilidade. No início da noite houve uma roda sobre o sentido de nos cuidarmos, de cuidarmos do nosso corpo e do nosso espírito, facilitada por Inara Nascimento que, enquanto massageava nossos pés com as ervas, uma a uma, solicitava que as companheiras se apresentassem contando como se cuidavam, contando experiências de cuidado que faziam nas aldeias, nas suas casas. Foram aprendizados ancestrais colocados ali, naquela roda.

“Somos as originárias da terra. A luta pela mãe terra é a mãe de todas as lutas!”
(Sônia Guajajara)



Mais tarde, nessa mesma noite, houve outro momento bem especial, iniciado com as coordenadoras da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – ANMIGA fazendo um jogral sobre a linha do tempo desta articulação e da luta das mulheres indígenas. Elas iniciaram este momento se apresentando: Somos guerreiras da ancestralidade. Somos mulheres sementes. Somos mulheres raízes, somos mulheres terra, somos mulheres água, somos mulheres ar e mulheres fogo. Somos de todos os Biomas. Somos as da Amazônia, somos as do Cerrado, somos as das caatingas, somos as do Pantanal, somos as do Pampas, somos as Mata Atlânticas. Somos as mulheres indígenas deste Brasil! (Célia Xakriabá, Shirley Krenak, Sônia Jaraguá, Cris Pankararu,

Joziléia Kaingang, Nyg Kaingang, Ana Xokleng, Lucimara Xokleng, Simone Karipuna, O- Kayapó, Mayalu Kayapó, Telma Taurepang, Val Terena, Kerexu). Também nesta noite, algumas artistas indígenas se apresentaram, além de grupos de várias etnias. Uma beleza estonteante vinha das apresentações de cada estado, sendo que de cada um deles havia distintos povos se apresentando. Eram, portanto, muitas apresentações, muitas danças. Uma das coisas que me chamou particular atenção nas danças indígenas foi o aterramento. O Toré, com a batida dos pés, na maioria descalços, aterra, fortalece, centra e segue. As danças na sua maioria são circulares, seja com os braços entrelaçados em filas, ou filas de frente para outras filas, com a saída também aterrando.



Depois deste momento lindo, as companheiras da coordenação da MMI permaneceram em reunião para avaliar coletivamente se haveria condições de saírem em marcha. A decisão seria tomada coletivamente, conversada com todas as regionais que, logo pela manhã, fizeram suas reuniões para decidir se iriam ou não marchar no dia 9 de agosto, como estava previsto na programação. Enquanto isso, na tenda e fora dela, muitas rodas, muitos círculos, cantando. Houve um momento, na tenda, muito emocionante. As indígenas entoaram um canto por mais ou menos 20 minutos. Um canto pelo qual evocavam forças espirituais para sustentá-las naquele momento difícil. Um canto que ecoava dentro dos nossos corações. Um mantra de evocação. Um canto com dança. Uma força tal que energizava todo o acampamento.

Elas também relataram que estavam recebendo notícias dos seus povos, que também estavam em rezas e evocando espíritos que diziam para elas que não seria bom marchar no dia 9.

Chegou o momento da plenária para a decisão final. Neste momento, as coordenadoras de cada região, ou biomas, foram ao palco dizer qual tinha sido a decisão de seu grupo. **E foi assim:** a regional Sul e Sudeste decidiram que seria mais prudente a marcha sair no dia 10 pela manhã. Avaliavam que se saíssem naquele dia poderia haver confronto. Depois falou Telma Turepang, pela Região Amazônica. Nesta região seis estados concordaram em sair só no dia 10 e três estados achavam que teriam que sair no dia 9. O Nordeste também se dividiu

A APOIMNE decidiu por marchar apenas no dia 10 de Agosto, e o estado do Piauí optou por marchar no dia 9. Várias mulheres Kaia-pós falaram também, acenando para a marcha no dia 10. Uma delas, Indígena Kaia-pó, falou na plenária em sua língua e mostrando as mãos. Uma companheira traduziu: “Com esses bolsonaristas que estão atrapalhando o nosso movimento, dizemos a Bolsonaro que estamos aqui com as mãos limpas, viemos sem armas, nas minhas mãos não tem nada, não vim brigar com vocês, vim para defender nosso território. Vocês têm o seu território, vocês brancos têm o território de vocês, porque vocês insistem em querer nosso território? Viemos pra cá pra fazer nosso movimento, nós mulheres. Pra quê vocês ficam ameaçando a gente? Para que afrontar a gente, se a gente não está fazendo isso com vocês? Estamos bravas por não fazer a marcha hoje por conta do bolsonaro.” Não dava, lógico, para saber o que estava sendo dito, mas dava pra sentir a revolta na

voz, na expressão do rosto e nos gestos com as mãos. Dava para sentir a indignação com toda aquela situação. No entanto, a decisão de sair no outro dia demonstrava o cuidado com a segurança de todas ali.

No final da plenária, prevaleceu a decisão da maioria de não sair em marcha no dia 9, mas sair no dia 10 com um novo roteiro: caminhada em direção ao monumento do indígena Galdino, que foi morto queimado vivo, e lá fazer um ritual. A companheira Joziléia Kaingang fez uma fala forte colocando como foi todo o processo de discussão para chegar àquela decisão e disse também que sabia que todas ali tinham vindo para a Marcha, mas que ela já estava acontecendo desde a preparação, nos territórios, passando pela viagem de cada territórios até Brasília, e por todos os momentos no acampamento, na integração, na troca de experiências etc. A plenária se encerrou quase meio dia e à tarde já seria a votação no STF sobre o Marco Temporal.





Tese do Marco Temporal coloca em risco povos indígenas no Brasil

Na pauta do Superior Tribunal Federal desde agosto, tese que beneficia o agronegócio tem julgamento adiado mais uma vez e gera apreensão sobre direitos indígenas

*Por Fran Ribeiro, em www.soscorpo.org.br



Acampados em Brasília desde meados de agosto de 2021 para acompanhar o julgamento da tese do marco temporal das Terras Indígenas e da votação do Projeto de Lei 490, representantes de diferentes povos indígenas brasileiros viram no voto proferido na sessão do dia 15 de setembro pelo ministro do Superior Tribunal Federal (STF) Kássio Nunes Marques, e o pedido de adiamento para nova análise do também ministro Alexandre de Moraes, a iminência de novas invasões em territórios indígenas.

O julgamento do marco temporal representa um momento decisivo para o processo de demarcação de terras no Brasil, pois com o status de repercussão geral – quando uma decisão serve como diretriz para as instâncias de gestão federal, da Justiça, processos administrativos e legislativos que se referem a processos demarcatórios –, este processo representa o divisor de águas que pode estabelecer uma decisão histórica para o fim dos conflitos ou decretar de vez a privatização de terras no Brasil.

Considerada inconstitucional, como bem destacou o ministro Luiz Edson Fachin, relator do caso no STF e que deu seu parecer contrário ao marco temporal na sessão do dia 08 de setembro, o julgamento trata da ação de reintegração de posse sobre a Terra Indígena Ibirama-Laklãnô, movida pelo governo do Estado de Santa Catarina contra o povo Xokleng, território onde também

vivem os povos Guarani e Kaingang. A tese do marco temporal defende que os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição brasileira.

Contudo, essa premissa é inconstitucional, pois a própria Constituição Federal define em seu artigo 231 que **“são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”** A tese do marco temporal define ainda que os povos indígenas só teriam direito à posse das terras reivindicadas por eles se estivessem em disputa judicial ou em conflito material que comprovasse que estavam naquelas terras em 5 de outubro de 1988.

O marco temporal é um dos carros-chefes do agronegócio, alinhado aos interesses do governo Bolsonaro, que visa a privatização dos territórios e que abre o precedente para a exploração total de áreas de preservação ambiental pelas grandes empresas da monocultura, do extrativismo e do setor imobiliário. O marco temporal apaga ainda a própria história brasileira, ao desconsiderar os 521 anos de genocídio dos povos originários, que resistem até hoje como guardiões do que ainda resta de territórios preservados de diferentes biomas no país.



“O marco temporal para nós, mulheres indígenas, representa um genocídio criado por um estado necropolítico. A Constituição de 1988 completou 32 anos. Eu tenho 48 anos de idade, então quando foi criada eu já estava aqui nessa terra, meu avós já estavam nas Terras Indígenas. Mas como o Estado é genocida, ele nos impõe perante a justiça que nós não temos direito sobre nossa terra. O marco temporal para nós é o retrocesso de direitos, pois vivemos em um Estado que nos ignora e não nos vê sujeito de direitos”, explicou Telma Taurepang, liderança indígena da União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira.

Na sessão que foi retomada no dia 15 de setembro, o ministro Kássio Nunes Marques, indicado por Jair Bolsonaro para o cargo, apresentou um voto que alinha os interesses do agronegócio, um voto considerado retrógrado e que apresentou pressupostos que divergem do voto do relator, que previa a posse dos povos indígenas sob as terras como um direito inalienável e compatível ao direito à preservação ambiental, direitos esses constitucionalmente garantidos.

“O voto do ministro Nunes Marques aplicando o marco temporal já era esperado. Ele resgatou um posicionamento já adotado por alguns ministros, desde o caso Raposa Serra do Sol, afirmando através de todas aquelas condicionantes, a restrição do usufruto dos povos indígenas. Ele inclusive, diverge do voto do ministro Fachin sobre o que tange a proteção Constitucional ao meio ambiente, quando ele diz que o direito indígena estaria submisso ao direito ambiental, quando o ministro Edson Fachin traz a compatibilidade desses interesses. Então é um voto bastante retrógrado, expressão máxima dos interesses do agronegócio, extremamente alinhado aos interesses do governo”, avaliou Eloy Terena, coordenador jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a APIB.

O ministro Nunes Marques defendeu o direito à privatização das terras como uma forma

de garantir o fim dos conflitos em favor de um suposto direito do setor imobiliário em explorá-las, invocando os poderes de conquista, colocando que os povos indígenas sucumbiram ao longo do processo civilizatório, tentando naturalizar o genocídio cometido contra as populações originárias ao longo da história de desenvolvimento do país. Diante da divergência, o ministro Alexandre de Moraes pediu o adiamento de seu voto para análise. Com isso, o julgamento está suspenso sem data definida para a continuidade, embora o prazo regimental seja de 30 dias para um retorno, prorrogável por mais 30 dias caso solicitado.

O pedido de vistas foi recebido com apreensão pelos povos indígenas, organizações e movimentos sociais que lutam por justiça socioambiental, já que a urgência para a definição desse impasse se dá pelo aumento vertiginoso de invasões, violações de direitos e violências que se intensificaram nos últimos anos dentro dos Territórios Indígenas, especialmente incentivados pela política de morte do governo Bolsonaro, que legisla a favor do agronegócio. A importância do julgamento do marco temporal se dá também pela tramitação em paralelo do Projeto de Lei 490 no Congresso Nacional, que visa a legalização e expansão do garimpo ilegal e da mineração em Terras Indígenas.

O PL é uma elaboração da bancada ruralista e bolsonarista e representa mais uma forma de genocídio aos povos indígenas. Se aprovado em votação no Plenário, além de permitir a anulação das terras indígenas já demarcadas, inviabiliza novas demarcações – estas já completamente paralisadas na gestão de Bolsonaro –, cedendo os territórios para a exploração predatória de empreendimentos ligados ao agronegócio, como o garimpo, a mineração, a criação de estradas para favorecer os grandes latifúndios pecuários, do plantio de soja e de hidrelétricas privadas.



O julgamento do marco temporal pode determinar ou não a aplicação do PL 490, uma vez que o projeto, caso aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, determinará que para uma terra ser demarcada, os povos indígenas reivindicantes terão que comprovar a posse delas desde 5 de outubro de 1988. Dessa maneira, a não aprovação da tese do marco temporal pelo STF representa a impossibilidade de aplicação do PL caso ele seja aprovado no Congresso. Por isso, ambas as matérias são polêmicas, já que atendem a diferentes interesses, um ligado ao projeto neoliberal de acúmulo do capital financeiro

e da privatização de direitos e bens comuns, e o outro, do interesse daquelas e daqueles que defendem a terra, a soberania dos povos e da preservação dos recursos naturais, tradições e cosmovisões.

A expectativa agora é por uma possível celeridade da análise do ministro Alexandre de Moraes, uma vez que o presidente do STF, o ministro Luiz Fux deu sinais de compreensão do caráter de urgência que o julgamento exige. Até lá, os povos indígenas seguem mobilizados e os movimentos sociais brasileiros estão atentos para se juntar à mobilização.



Nós somos a resistência que a colonização não conseguiu MATAR! (Jack Guarani Kaiowá)

Depois de almoçar, com uma fila imensa para a cozinha central, todas retornaram para a tenda principal. A tarde foi de expectativas. Foi colocado um telão no local para assistir a votação sobre o Marco Temporal. A tenda ficou lotada e fora dela também, todas estavam muito apreensivas e atentas à fala do relator. Foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida, o momento em que o relator votou contra o Marco Temporal. Muitos gritos em línguas diferentes, muitos abraços, muito choro e eu, vendo aquela alegria toda, cheguei a pensar que se tratava do resultado final, mesmo sabendo que era apenas o voto do relator. Era tanta alegria, com danças, gritos, discursos fortes! Colocaram a música “demarcação já” a toda altura. As coordenadoras da Marcha subiram ao palco para fazer discursos e as mulheres seguiram dançando e cantando. Formaram diversas rodas no terreiro, eram grupos dançando em filas fazendo caracóis e eu assistindo tudo aquilo e chorando. Meu corpo respondia a tudo aquilo com muita emoção. Estava junto a Guacira, e nos abraçamos e eu perguntava: “É o final????”. Eu sabia que estava iniciando a votação, mas a festa era tanta que era como se a vitória fosse ali. **A esperança brotou em cada coração ali presente.** Eram as mulheres gritando: “Demarcação Já! Fora Bolsonaro!!!”. E rapidamente, no auge da emoção, coloquei no grupo de zap da AMB forte: **“Ganhamos!!!!!!”**. Estava convencida de que já era uma vitória. Depois entendi que a comemoração era porque tendo o relator votado contra o Marco Temporal, abria-se um lastro de perspectivas positivas para a não aprovação. Aprendi também que temos que

comemorar a vitória, mesmo que ainda seja parcial. São comemorações necessárias para continuarmos na luta. Foi bonita a festa!

Sônia Guajajara, neste momento, fez um belo discurso dizendo que:

“Somos nós, povos indígenas do Brasil, somos nós, mulheres indígenas, que continuamos aqui dizendo que nós continuamos sendo a resistência neste país. Nós não vamos desanimar, vamos continuar em marcha. Estamos há 500 anos marchando em defesa dos nossos direitos... e vamos todas numa só voz a gritar: Não ao Marco Temporal! Não ao Marco Temporal! Demarcação Já!!!! Fora Bolsonaro! Fora Genocida!!!!”

À tarde, ainda continuamos na plenária para assistir à retomada da votação. Mas, infelizmente, um ministro pediu vistas e a votação só seria retomada na semana seguinte. Naquela noite, na tenda de autocuidado, a AMB realizou uma roda de conversa sobre o Fórum Social Panamazônico e, mais tarde, na plenária, houve o desfile das delegações. Esta noite não posso descrever por que não estava lá.

“Nós somos a resistência que a colonização não conseguiu MATAR!” (Jack Guarani Kaiowá)

Finalmente chegou o dia da Marcha das Mulheres Indígenas! “Bahia, terra do coco e do azeite de dendê. A água do coco é doce, eu também quero beber. Vamos dançar e balançar o Catimbó, trazer o Bolsonaro amarrado no cipó!”. Este foi um dos cantos que acompanharam a II Marcha das Mulheres Indígenas.



Ao todo, foram mais de quatro horas de Marcha. A todo momento eu agradecia por estar vivendo aquele movimento, desta vez presencialmente. A secura, a quentura, nada disso importava. A energia que emanava ao nosso redor era imensa.

As mulheres estavam tão ansiosas para marchar que antes das nove horas já estavam saindo do acampamento, com a companheira no microfone pedindo que esperassem para que todos os biomas estivessem prontos. Era muita alegria, muita energia! Crianças, jovens e mulheres mais velhas, as anciãs, como elas chamam. Todas ansiosas para sair, cantando e dançando. Uma marcha de danças como eu nunca tinha visto. Recordei-me da marcha que participei em Nairóbi, do Fórum Social Mundial, em que também as mulheres negras não andavam, mas dançavam o tempo todo. Vivi isso novamente.

Nós, da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), estávamos no meio da Marcha com

a nossa linda Bandeira demonstrando nosso apoio, nossa aliança à luta das mulheres indígenas. Nossas companheiras indígenas integrantes da AMB estavam com suas delegações e de vez em quando chegavam junto da nossa bandeira.

Companheiras não indígenas da campanha contra o feminicídio do Distrito Federal também se fizeram presentes, juntando-se à enorme ala que trazia uma faixa contra o feminicídio das mulheres indígenas.

Eram muitos cantos em meio aos quais despontava o “Fora Bolsonaro genocida!”, sempre presente. “Demarcação Já!”, “Nosso corpo, nosso espírito!”, “O Território é nosso!”.

As mulheres das águas e da floresta estavam lá! Muitas cores! Corpos pintados, muitos colares, brincos e adereços indígenas que deixavam todas muito belas. A vontade era de registrar todas as alas, gravar todos os cantos, filmar todas as danças. Eram muitas mulheres de todo o Brasil.

E em vários momentos todas cantavam a música que “trazia Bolsonaro amarrado no Cipó”. Na chegada à praça nomeada em memória do indígena Galdino foi feito um lindo ritual de cantos e círculos, com danças em homenagem a ele. Naquele momento, naquela praça, o boneco com Bolsonaro amarrado no cipó foi queimado e todas cantavam a música tema da marcha: “Bahia, terra do coco, do azeite de dendê. A água do coco é doce, eu também quero beber. Vamos dançar e balançar o Catimbó, trazer o Bolsonaro amarrado no cipó!”.

Ainda na praça Galdino, tivemos outro momento das falas das companheiras indígenas. Segue um trequinho da fala de Sônia Guajajara:

“Vamos continuar marchando aqui pra dizer que nós vamos lutar contra o feminicídio indígena. Não queremos mais ver nossas jovens meninas e mulheres assassinadas em nome do patriarcado que entrou nos nossos territórios. A segunda marcha é somente a segunda, porque nós vamos continuar marchando em 2023. Nós estaremos de volta a Brasília. Estamos hoje em três mil mulheres; nós seremos seis mil, seremos dez mil, seremos vinte mil apenas aqui. São todas as mulheres em marcha contra o preconceito, contra o racismo, contra o fascismo e contra o machismo e a nossa luta aqui é em defesa dos nossos territórios porque defendendo nossos territórios nós estamos também defendendo a democracia nesse país.”

Célia Xakriabá, continuou dizendo na forma poética de seu discurso que “Nós não ficamos sós; O povo que queimou Galdino jamais vai queimar nossa voz. São cinco séculos de resistência, este ano completa 521. Bolsonaro e seus ministros são os novos cabrais do século 21. Nós somos os povos que resistem pela força do brotar. Nós vamos continuar passando urucum em Brasília, mas a boiada em nossos territórios, as mulheres indígenas, não vai deixar passar”

“Somos as filhas da terra. As nossas VOZES são à prova de bala.” (Alessandra Munduruku)

Por mais que eu queira, não consigo colocar no papel esta experiência tão forte que vi-

enciamos. Seguimos de volta para o acampamento, com a mesma energia do início da Marcha. Um sol escaldante e uma secura, no entanto a Marcha não perdeu seu pique inicial. Passamos ao lado da Esplanada e voltamos para o acampamento com a certeza de que esta luta das mulheres indígenas é a nossa luta. Que cada vez mais precisamos aprender com elas, com esta força de articulação, de organização. Como disse Célia Xakriabá, são 521 anos de luta e de resistência. E elas continuaram nesta luta. Uma luta contra o capitalismo que desmata e mata, contra o racismo e de preservação das suas culturas. Chegamos ao acampamento cansadas, mas com uma alegria interior imensa. Passando pelo que estamos passando, com o pandemônio que caracteriza o governo atual deste país, com o bolsonarismo que tentou atrapalhar a Marcha, com a pandemia que ceifou a vida de tantas pessoas (só dos povos indígenas foram mais de mil mortes pela pandemia), com tantos feminicídios de mulheres e meninas indígenas (tão denunciados ao longo da Marcha!), com tantas lideranças perseguidas, viver este momento de revolta, de tristeza transformada em luta e sentir que o medo não paralisa as mulheres indígenas me fez novamente reafirmar, para mim mesma, que a luta com alegria e com prazer de lutar faz a diferença.

Passamos o resto do dia no acampamento, conversando e sentindo a alegria por estarmos ali: nós e as mulheres indígenas. Muitas daquelas mulheres precisaram pegar dois e até três barcos para chegar ao lugar onde pegaram os ônibus e prosseguir para Brasília. Muitas mulheres trouxeram suas crianças, que estavam lá participando ativamente no espaço criado para elas, mas seguiram nos braços das suas mães e de suas companheiras durante toda a Marcha. À tarde algumas delegações começaram a desmontar o acampamento para iniciar a viagem de retorno. Mas ainda se esperava a última atividade coletiva que se realizaria à noite. Foi o lançamento do projeto Reflorestando a Mente! Um projeto que visa reflorestar mentes com sonhos, cura, afetos, soma, solidariedade, ancestralidade, coletividade e história.





Foi também um momento de um ritual poderoso. Todos os biomas trouxeram sementes, que foram plantadas no acampamento. Nas falas, presenciamos afirmações de que atualmente a população indígena mundial é de 5% do total, e que é esta população que protege praticamente 83% da sociobiodiversidade. Este projeto quer transmitir a mensagem para toda a humanidade, de que assumam também a responsabilidade coletiva, e entrem na luta pela demarcação das terras indígenas. Isto porque demarcar as terras indígenas é garantir a respiração da humanidade. A ideia é mapear nacional e internacionalmente os movimentos e órgãos que promovem a justiça ambiental porque:

“Quando nós falamos de semente, nós estamos falando não somente de uma semente, de uma comida pra encher a barriga, mas principalmente não somente de soberania mas, sobretudo, de soberania alimentar; a semente também que sustenta a nossa identidade” (Trecho da fala da Célia Xakriabá)

“Quem somos nós? Somos as que retomamos a terra roubada. Somos a terra, pois a terra se faz em nós. Nós somos filhas, somos sementes, somos tias e só quem sabe ser semente pelo grito

da terra nunca mais vai permanecer em silêncio. Porque a terra tem muitas filhas e essa mãe chora quando vê o seu próprio território ser sequestrado... Mas ainda dá tempo. Precisamos reinventar o tempo. Ainda dá tempo porque o nosso tempo não é o do relógio e eles ainda nos dizem que nós somos uma ameaça pro capitalismo, mas na verdade é o contrário. É o capitalismo que representa o iminente risco para nós, povos indígenas. Nós somos o povo que resiste com a força ancestral. Pare de tentar matar os povos indígenas! Muitas mentes estão enfermas. Colonizou muitos corpos e também muitas mentes. E a colonização até tentou nos enterrar, mas mal sabia que éramos sementes. Por isso vamos também reflorestar mentes”. (Trecho da fala da Célia Xakriabá)

Foram feitas diversas rodas e, no meio delas, indígenas de cada bioma plantaram as sementes embaladas por cantos e saudação à terra. Já era noite. A ideia era ter feito este lançamento durante o dia, mas só conseguimos organizar à noite. Foi outro momento muito lindo e muito significativo. Depois deste ritual, aconteceu ainda o momento de apresentações culturais. Este não posso relatar porque não consegui ficar até o final.

Então, companheiras, tentei relatar para vocês esta vivência ao longo dos cinco dias em Brasília. No entanto, acho importante lembrar que a AMB construiu todo um processo com as coordenadoras da MMI e com as companheiras indígenas que são militantes da AMB. Iniciamos esta conversa na Coletiva Nacional pelo fim do Racismo e pelos Direitos das Mulheres Indígenas e seguimos nesta construção com a coordenação da AMB. Nos reunimos com as companheiras algumas vezes, primeiro para colocar a importância da construção dessa Marcha e para nos colocar, enquanto AMB, à disposição para fortalecer as alianças com o movimento de mulheres indígenas e somar com elas. Esta construção já tinha se iniciado na I Marcha das Mulheres Indígenas, mas queríamos apoiar com recursos e politicamente, e foram elas que nos disseram quais seriam as necessidades. O nosso apoio, que inicialmente era para a Marcha das Mulheres, resultou também no apoio às indígenas que estavam em Brasília acompanhando a votação do Marco Temporal, marcada para o dia 25 de agosto. Estive nesta articulação como militante da AMB e como integrante do SOS Corpo, que também mobilizou recursos para a Marcha. Na pri-

meira reunião elas trouxeram a necessidade de apoio com passagens, com alimentação e solicitaram que fizéssemos atividades de cuidado e autocuidado coletivo. Por isso, construímos com o apoio e participação do Cfemea a tenda de cuidado e autocuidado. Tenho certeza que saímos desta II Marcha das Mulheres Indígenas tendo reforçado a aliança com os movimentos de mulheres indígenas. Repetindo o que foi dito na primeira Marcha: nossa aliança se concretizou, reafirmada na plenária da AMB e na reunião da Coletiva Nacional pelo fim do Racismo e pelos Direitos das Mulheres Indígenas. Como disse Verônica Ferreira:

“Com um passo à frente, com o pé esquerdo, juntas, em nossa plenária de Maio, firmaram o compromisso de fortalecer a luta das mulheres indígenas dentro da AMB, e em aliança com suas organizações próprias nas suas lutas”.

Durante estes dias, quando passaram pela tenda de cuidado e autocuidado, várias integrantes da coordenação da MMI ouvimos delas agradecimentos pelo apoio, tanto da AMB quanto do SOS Corpo e, por vezes, se emocionaram e deixaram muito nítido a importância desse apoio político ter possibilita



do levar a Brasília mulheres que, de outra forma, não teriam como participar da Marcha. Com a tensão e a necessidade de mudança de programação não foi possível que fizessem, como na outra Marcha, um momento especial com as parceiras, como um ato político que havia sido pensado para a noite do dia 7 de setembro.

Mais uma vez constatamos que a construção coletiva é eficaz. A equipe que tomou a frente desta construção pela AMB – composta por Schuma (Redeh); Nilde; Eunice; Inara; Marinete; Edilene; Florismar; Rivane e Verônica Ferreira (SOS Corpo); Masra, Jolúzia, Amara e Guacira (Cfemea); Cristiane Odara; Cris Gomes; Ana Lúcia; Kátia; Lilian; Louise; Conceição Amorim; Merlanie; Socorro Papoula; Maria Gavião... algumas participaram das reuniões virtuais, mas não conseguiram chegar à Marcha. Outras participaram dos dois momentos, e outras ainda chegaram bem juntinho, apenas durante a Marcha. Foi um momento fortalecedor para nós, enquanto militantes da AMB, e também para nosso movimento e nossas organizações. O que eu conto aqui para vocês foi a partir do meu olhar. Outras que estiveram na Marcha podem por certo contar como foi a partir das

suas vivências.

Chamaaa! Chamaaa que elas vem!!!

Para encerrar, trago esta fala de Nilde Souza: “Como Puyr Tembe fazia o tempo todo na Marcha, com o grito “Chaama”, eu também digo “Chaaama!” a todas para que continuemos com essa energia feminista, com a força e sabedoria ancestral de nossas irmãs indígenas, fortalecendo cada vez mais nossa articulação, lutas e resistências. As mulheres são como as águas, crescem quando se juntam!”

Fora Bolsonaro e Mourão!

Vidas indígenas importam!

Não ao Marco Temporal!

Nosso Território é nosso corpo e o nosso espírito!

Analba Brazão Teixeira



Referências:

Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf.

Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html>.

[LEITURA CRÍTICA] Mulheres Indígenas na pandemia do Covid-19
<https://soscorpo.org/?p=12973>.

Fotografias:

Capa: Patrick Raynaud, 2021.

Páginas 2, 6, 8, 10, 15, 16, 17, 23, 25, 27, 28, 29 por Patrick Raynaud, 2021.
Performance “Corpo Território – Cabeça Bicho” realizada no acampamento da II Marcha das Mulheres Indígenas, Brasília, 2021.

Página 5 Por Raissa Azeredo / Aldeia Multiétnica, 2021
II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, setembro de 2021.

Páginas 20, 11, 13, 18 por Alass Derivas, 2021
II Marcha das Mulheres Indígenas, setembro 2021, Brasília/DF.

Página 22, Telma Taureang, I Marcha das Mulheres Indígenas, agosto 2019, Brasília/DF. Por Débora Guaraná, 2019.

Expediente:

Textos: Analba Brazão, Débora Britto, Fran Ribeiro.

Edição e Revisão: Fran Ribeiro.

Diagramação: Priscila Rigoni.

Publicado em dezembro de 2021.



Realização



Apoio

